



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

ANNA CYNTHIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

O PROTESTANTISMO CRISTÃO NA CIDADE DE
ANTENOR NAVARRO: DISPUTA POR UM ESPAÇO DE
EVANGELIZAÇÃO.

CAJAZEIRAS-PB

2014

ANNA CYNTHIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

O PROTESTANTISMO CRISTÃO NA CIDADE DE
ANTENOR NAVARRO: DISPUTA POR UM ESPAÇO DE
EVANGELIZAÇÃO.

Monografia apresentada ao Curso de
Graduação em História, da Unidade
Acadêmica de Ciências Sociais, do
Centro de Formação de Professores, da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito para obtenção do
grau de licenciado em História.

CAJAZEIRAS – PB

2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Denize Santos Saraiva Lourenço - Bibliotecária CRB/15-1096
Cajazeiras - Paraíba

O482p Oliveira, Annacynthia Gonçalves de

O protestantismo cristão na cidade de Antenor Navarro: disputa por um espaço de evangelização. / Annacynthia Gonçalves de Oliveira. Cajazeiras, 2014.

51f. :il.

Bibliografia.

Orientador: Francinaldo de Souza Bandeira.

Monografia (Graduação) - UFCG/CFP

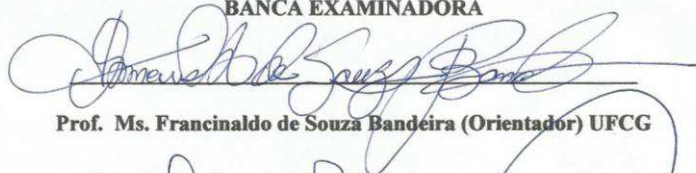
1. Protestantismo – Antenor Navarro - PB. 2. Protestantismo - conflitos. 3. Protestantismo - processo. 4. Protestantismo – poder. I. Bandeira, Francinaldode Souza. II. Título.

ANNA CYNTHIA GONÇALVES DE OLIVEIRA

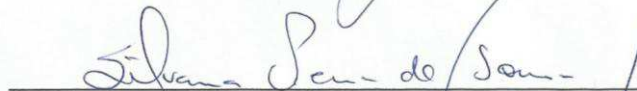
**O PROTESTANTISMO CRISTÃO NA CIDADE DE ANTENOR NAVARRO:
DISPUTA POR UM ESPAÇO DE EVANGELIZAÇÃO.**

Monografia de Licenciatura avaliada em 09/09/2014, com conceito 7.0.

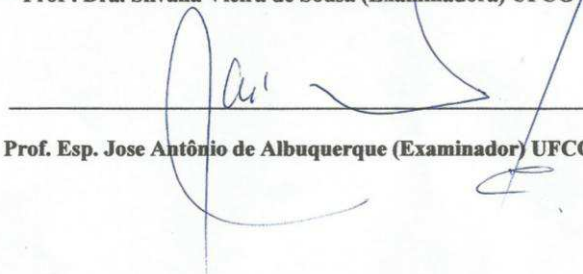
BANCA EXAMINADORA



Prof. Ms. Francinaldo de Souza Bandeira (Orientador) UFCG



Prof. Dra. Silvana Vieira de Sousa (Examinadora) UFCG



Prof. Esp. Jose Antônio de Albuquerque (Examinador) UFCG

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Enoc de Oliveira e Maria Lucia

AGRADECIMENTOS

A Deus que permitiu que tudo isso acontecesse. Agradeço por ter me dado força e saúde para superar todas as dificuldades que passei durante minha vida acadêmica.

A meu pai Enoc de Oliveira que é para mim um grande exemplo de vida, pois sempre me mostrou o caminho certo para seguir e a importância da educação. Ele não pode me acompanhar com suas palavras e abraços no final da minha vida acadêmica, mas ao seu lado pude perceber que sempre me deu a força que necessitava para seguir em frente e nunca desistir.

A minha mãe, Maria Lucia, que é guerreira e minha heroína, exemplo de força e fé, minha irmã, Áurea Symone que sempre me incentivou nos momentos difíceis e de desânimo.

Aos meus tios e tias pela preocupação e ajuda que me davam nas palavras de motivação para enfrentar os momentos de dificuldades.

Obrigado meus amigos que conheci durante minha vida acadêmica e que sempre serão muito importantes para a minha vida, apesar da distância. Aqueles que me acompanharam nesses momentos finais de construção dessa pesquisa. Vocês se fizeram sempre presentes: Alyne Oliveira, Ellys Deângella, Luciana e Tamires, Francisca, Nadja. E minhas amigas especiais que mesmo distante sempre vou ter em meu coração, Rosimeire Pereira e Thays Barros.

A todos que direta e indiretamente fizeram parte dessa pesquisa: Carla Dantas, Wlisses Estrela e Rogerio Galvão.

A todos os professores que fazem parte dessa História e que são verdadeiros mestres para a vida.

Quero dirigir também agradecimentos ao meu orientador, o Professor Francinaldo de Souza Bandeira, pela sua disponibilidade e pelo acompanhamento exercido.

Enfim, a todos essas pessoas citadas, obrigada por fazerem parte da minha vida!

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar os embates produzidos entre católicos protestantes na cidade de São João do Rio do Peixe. O período analisado é a década de 1930, época da chegada dos protestantes no município, e período que também retrata a mudança de nome para Antenor Navarro (1932-1989), uma homenagem realizada ao atual interventor do Estado da Paraíba. Para a realização desse estudo, utilizamos como principais documentos de investigação: fontes bibliográficas e documentais. Num primeiro momento, analisaremos a inserção do protestantismo no Brasil e os conflitos gerados entre a Igreja Católica e o novo modelo de prática religiosa. Num segundo momento trazemos à discussão a importância que a instituição católica vai instituir para a colonização do sertão, através do sistema de sesmaria e, para tanto, utilizaremos com base dessa análise, a construção da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário na Vila São João, espaço e símbolo de prestígio e influência para a passagem à categoria de cidade. E fechando nossa análise, traremos a atividade missionária do pastor Vicente Guedes Duarte e sua busca por um espaço de evangelização.

Palavras-chave: Protestantismo; Conflitos; Processo; Poder.

Lista de Imagens

1. Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Acervo Pessoal.....19
2. Procissão saindo da Igreja Matriz para percorrer as principais ruas da cidade no mês de maio. Disponível em: <http://umolharsobresaojoao.blogspot.com.br/2012/03/sao-joao-do-rio-do-peixe-e-seus.html>. Acesso em 22/05/2014.....31
3. Procissão para erguer um cruzeiro de ferro e madeira em frente a capela de São Francisco na cidade de São João do Rio do Peixe em 29/05/1957. Disponível em: <http://umolharsobresaojoao.blogspot.com.br/2012/03/sao-joao-do-rio-do-peixe-e-seus.htm>. Acesso em 22/05/2014.....32
4. Pastor Vicente Guedes, Fundador da Igreja Assembleia de Deus de São João do Rio do Peixe- PB. Fonte: Imagem cedida por Sósthenis Estrela.....42
5. Padre Joaquim Cirilo de Sá- Acervo Pessoal.....43
6. Antiga casa do Pastor Vicente Guedes- Acervo Pessoal.....46

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO I – O CATOLICISMO DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE COMO RELIGIÃO OFICIAL DO ESTADO COLONIAL BRASILEIRO.....	14
1.1 AS ORIGENS DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE: A CONSTRUÇÃO DA PARÓQUIA NOSSA SENHORA DO ROSÁRIO NA VILA SÃO JOÃO: ESPAÇO DE FE E DE PODER.....	16
1.2 CAPELAS DE SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE.....	19
1.3 COMEMORAÇÕES RELIGIOSAS NA IGREJA CATÓLICA DA CIDADE.....	21
CAPÍTULO II – A INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO NO BRASIL: O CONFLITO COM A IGREJA OFICIAL DO ESTADO.....	26
CAPÍTULO III-HISTÓRIA DO CONFRONTO ENTRE CATÓLICOS E EVANGÉLICOS EM ANTERNOVA ATUAL SÃO JOÃO DO RIO DO PEIXE NA DÉCADA DE 1940.....	32
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
ANEXOS.....	48
REFERÊNCIAS.....	50

INTRODUÇÃO

No século XV e XVI, Espanha e Portugal impuseram seus domínios em diversas civilizações ameríndias, através de criação de colônias que lhes permitiram expandir seus territórios e seu poder. A catequese, instrução dos princípios e código moral cristão, foi um dos principais instrumentos utilizados, tanto por espanhóis como por portugueses, na construção do domínio da população nativa, produzindo força necessária à exploração dessas regiões. As ordens religiosas tiveram papel importante para a consolidação desse projeto, pois a catequese assegurava a obediência espiritual e a mão de obra indígena para atender os interesses europeus. Dentre as missões fundadas destacam-se a dos franciscanos, carmelitas e jesuítas.

A Igreja vivia sobre o regime do Padroado, sistema de subordinação ao Estado, ocorrido no período Constantiano de reconstrução dos templos da Igreja, que tinha perdido parte de seus prédios nas Cruzadas. A Igreja aceitou a ajuda do Imperador e de ricos aristocratas cristãos para iniciar a construção de novos templos, visto que era necessário construí-los e a Igreja não estava economicamente preparada para essas despesas. Destacando que, a Igreja delegava aos monarcas dos reinos ibéricos a administração e organização da Igreja católica em seus domínios.

O Imperador Constantino e outros cristãos no século 11 começaram a patrocinar as obras das igrejas e em troca, a Igreja concedia ao fundador o direito de ser uma espécie de padrinho espiritual, o *Jus Fundatores*. Assim, as autoridades eclesiásticas podiam conceder os privilégios de Padroado aos fundadores, possibilitando aos “padrinhos” o direito de ter seus nomes citados nas celebrações e orações, conferindo-lhes prestígio e poder. Dessa forma, o direito ao padroado veio para o Brasil como parte da cultura de colonização portuguesa, direito esse assumido pelos imperadores brasileiros e que garantia a Igreja Católica o exercício de hegemonia religiosa no Brasil. Segundo Azevedo (1978, p. 88) “A Imagem da Igreja nesse período colonial é a de uma acomodação mais ou menos completa á situação imposta pelo padroado real e pelos privilégios da Ordem de Cristo, incorporados no soberano”.

Nessa pesquisa, serão analisados os aspectos religiosos que constituíram a formação da cidade de São João do Rio do Peixe, antigamente denominada Fazenda São João que já pertencia ao então capitão mor João Dantas Rothéia no ano de 1765. A cidade desenvolveu-se a partir da fazenda, onde foi construída uma capela em

homenagem a Nossa Senhora do Rosário. Em meio a esse clima religioso e de festividades, que engrandecia a fé católica na formação cultural da população, surgiram às primeiras casas que originaram o núcleo urbano São João.

A cidade de São João do Rio do Peixe situa-se na mesorregião do sertão paraibano, tem como cidades limite ao Norte os municípios de Uiraúna, Triunfo, Poço José de Moura; ao Sul Cajazeiras e Nazarezinho; a Leste, Sousa, Marizópolis e Vieirópolis e, a Oeste, os municípios de Triunfo, Santa Helena e Bom Jesus. A sede do município localiza-se a 485 km da capital do estado, João Pessoa. De acordo com o IBGE/2010, a população local é de 18.201 habitantes; sendo predominante praticada a religião católica por 16.017 habitantes; 107 se intitulam espíritas e 1550 pessoas se denominam praticantes da religião evangélica.

Segundo os relatos historiográficos, o nome da cidade resulta de uma homenagem ao santo de devoção de João Dantas Rothéia, que foi o segundo povoador da região. Consta ainda nos registros municipais que essa designação alterou-se no início da terceira década do século XX, quando a cidade passou a ser chamada de Antenor Navarro, por decisão do Prefeito Natércio Maia, objetivando homenagear o Interventor Federal do Estado da Paraíba, Antenor Navarro, morto em um desastre aéreo ocorrido na Bahia no dia 26 de Abril de 1936. A cidade ficou nomeada como Antenor Navarro durante 57 anos, recuperando sua antiga denominação em 05 de outubro de 1989, por meio da promulgação da nova Constituição da Paraíba, por intermédio do Deputado Estadual Dr. José Aldemir Meireles que propôs a mudança.

Sendo nosso objetivo analisar os embates produzidos entre católicos e protestantes na cidade de São João do Rio do Peixe, desenvolveremos em um primeiro momento, a título de contextualização, uma análise sobre o processo de inserção do protestantismo no Brasil, localizando assim o entendimento do processo de implantação do protestantismo na cidade de Antenor Navarro com a chegada de um pastor protestante Vicente Guedes Duarte no ano de 1984.

Como fonte para nossa análise, recorreremos a dados coletados no Segundo Livro de Tombo da Paroquia Nossa Senhora do Rosário, onde constam registros sobre cartas e visitas pastorais de bispos, festas em homenagem a santos e construção de capelas que pertencia a Paroquia de Nossa Senhora em São João do Rio do Peixe. Também tiveram papel relevante em nossa pesquisa as Informações obtidas em um processo arquivado

no 2º Fórum do Cartório de São João do Rio do Peixe, a coleta de imagens que retratam e registram o período proposto em nosso questionamento.

A pesquisa bibliográfica foi outro instrumento metodológico utilizado para dar conta da problemática proposta, analisando diversos autores que trabalham com a temática religiosa, como MENDONÇA 2008, VIEIRA 1929, AZEVEDO 1978, TORRES 1968, RABELO 2009, GONÇALVES 2007, OCTÁVIO 1995, PEREIRA 1970 e SANTOS 2011 além da consulta e leitura de periódicos, obras de escritores locais, mapas, imagens, manuscritos diversos e documentos oficiais da Igreja Católica, e Cartório local, que nos ajudaram a mapear nosso estudo.

Para tanto, dividimos a discursão em três capítulos: No primeiro capítulo intitulado “O catolicismo de São João do Rio do Peixe como religião oficial do estado colonial brasileiro” O objetivo desse capítulo é conceber o papel da Igreja Católica no processo de desenvolvimento da Vila de São João, e as influências sob essa desenvolvidas, impulsionando o povoamento e desse modo, gerando as condições necessárias para sua transformação em cidade, bem como a influência exercida dentro de sua jurisdição.

No segundo capítulo “A Inserção do Protestantismo no Brasil: O conflito com a igreja oficial do Estado” tem como objetivo tratar da inserção do protestantismo no Brasil e os conflitos gerados com a Igreja Católica. Analisamos o desenvolvimento do processo de implantação da religião protestante no Brasil, bem como fatores que permitiram a vinda de protestantes, a exemplo da imigração europeia, necessária à formação de uma nova mão de obra para trabalhar nas lavouras de café.

O terceiro capítulo, “História do confronto entre católicos e protestantes em Antenor Navarro atual São João do Rio do Peixe na década de 1940” analisamos o conflito gerado entre o pastor Vicente Guedes Duarte e o padre Joaquim Cirilo de Sá e observar os argumentos utilizados por ambos na defesa de sua fé para a constituição de domínio local.

Para a construção do capítulo foi feita uma discussão teórica e metodológica a partir da autobiografia de Vicente Guedes Duarte e do processo encontrado no Fórum João Bernardo de Albuquerque na cidade de São João onde se trata de uma disputa de terras envolvendo o Padre Joaquim Cirilo de Sá e o Pastor Vicente Guedes.

CAPITULO I: O CATOLICISMO DE SÃO JOAO DO RIO DO PEIXE COMO RELIGIAO OFICIAL DO ESTADO COLONIAL BRASILEIRO

No Brasil colonial foi muito forte o poder eclesiástico. A eles cabiam o controle do culto, o domínio sobre a educação à saúde pública, o casamento, nascimento e a certidão de óbito. O que acontecia na verdade era um domínio no sentimento religioso do povo brasileiro, uma estratégia política para manter o poder. Era preciso obedecer à constituição brasileira que defendia o catolicismo como religião oficial do país. A questão religiosa trouxe uma ruptura entre a Igreja e Monarquia, ela causou em todos os seus efeitos uma ruptura entre o poder temporal e espiritual.

Mas como se tratava sempre da religião “do Estado” era ao Estado que cabia ordená-la e disciplina-la. Nisso é que estava o perigo. O perigo, tantas vezes concretizado, da invasão de atribuições. O Estado, protegendo a “a sua” religião, fazia por assim dizer instrumento do seu poder, lançando-a toda inteira na sua órbita. E mesmo naquilo que era puramente espiritual, intervinha como temos visto. (NILO, 1970, p. 83).

A religião fazia parte de cotidiano do homem, refletindo-a como fundamental para a sua vida, uma visão dependente e mágica de mundo. A devoção aos santos concedia-lhes uma maior proximidade com o sagrado. Era como uma mediação existente com o sobrenatural. Assim, os fiéis acreditavam que o santo era uma espécie de padrinho celeste, em que o devoto tinha por obrigação lhe prestar culto de modo regular, o agradecendo com oferendas, penitenciais e devoção.

A burguesia rural desempenhava o papel de detentora das terras, que constituía o sistema econômico de exportação, essa elite estava politicamente envolvida na composição do clero católico e a ela não interessava uma mudança de esquema, uma vez que a Igreja Católica possibilitava aos burgueses uma participação nesse sistema e uma situação consolidada, uma herança do sistema monárquico, hierárquico e paternalista em que religião e a política caminhavam juntas.

Dessa maneira, a posse de terras e a colonização foram feitas dentro da hierarquia do sistema monárquico, regime esse proveniente do padroado regalista vigente em Portugal. Sendo ela legítima e fazendo parte do sistema político social brasileiro, uma se constituía do poder do outro, assim, se a burguesia rural, dependente do sistema de

monocultura de exportação decidisse assumir outra religião estaria pondo em risco seus próprios interesses políticos e econômicos.

Destacar essas relações é fundamental para se compreender como se estabelecia a dominação social vigente no sistema colonial, um sistema de subordinação onde os senhores tinham direito a um pedaço de terra e em troca deveria manter a ordem através da catequização.

Na medida em que o grande senhor de engenho e do café, pelas circunstâncias especiais da povoação do solo brasileiro e da respectiva distribuição do espaço geográfico, assumia um grande parcela de poder em suas mãos, estendia também esse domínio sobre a própria religião que passava, especialmente através do clero secular pobre e, até certo ponto desamparado, a exercer o fraco papel de sacramentalização e legitimadora do poder político desse mesmo senhor e terras”. (MENDONÇA, 2008, p. 187)

Analisando a literatura relacionada ao tema, é perceptível que ao longo do século esse mesmo sistema colaborou para o enfraquecimento da Igreja, quando se tratava dos assuntos espirituais, visto que a instituição estava mergulhada em uma série de dificuldades internas e, por isso, a necessidade de uma reforma se tornava eminente e estava dividida entre aqueles que queriam a reforma da doutrina católica e entre os conservadores que desejavam ainda seguir o modelo da Igreja de Roma ligada ao Estado, ou seja, de caráter muito mais político que espiritual.

A Igreja Católica sofria restrições por parte do Estado, ela não podia tomar decisões em relação aos suas funções como, por exemplo, na catequese, na manutenção do clero católico e por isso também como consequência o clero dependia economicamente do governo que repassava baixos salários.

Do ponto de vista espiritual é afirmado que o clero católico brasileiro tendia a ser ignorante ou heterodoxo (jansenista), envolvido em política, negligente em seus deveres espirituais e flagrante violador das regras do celibato (...). Sobre o aspecto político, é destacado que estando sob o controle do Estado, o uso e o abuso do direito do padroado da Coroa enfraqueceu ainda mais a independência da Igreja (...). A fraca condição econômica da Igreja estava intimamente ligada à interior. O clero todo, desde o Arcebispo da Bahia e primaz do Brasil até o padre da paróquia mais pobre era pago pelo Estado. (Vieira, 1929, p.27)

Em seu discurso Vieira defende a existência de uma clara e acirrada disputa que acelerou a crise interna na Igreja Católica, contribuindo para a separação entre o Clero católico e o Estado, que não atribuía à Igreja Católica tanto poder e autonomia como no início da colonização.

1.1- As origens da vila São João e a construção da paróquia: espaço de fé e de poder.

Ao analisarmos o processo de povoamento e formação dos núcleos urbanos no território brasileiro, é comum percebermos que essas estruturas, em sua grande maioria se originaram ao redor das casas grandes e das capelas que formavam os povoados existentes e desenvolvendo atividades ligadas à pecuária ou a agricultura. Na cidade de São João do Rio do Peixe, segundo SOUSA (2007) os primeiros habitantes da região foram os índios Icós pertencentes à nação cariri que povoaram a região.

Foi com o sargento-mor Antônio José da Cunha, morador da Capitania de Pernambuco que se deu a primeira notícia de exploração do território, destacando que a Paraíba esta subordinada a Pernambuco no período que vai de 1584 a 1774, o sargento-mor já havia habitado nas Capitânicas de Rio Grande e Ceará e por onde passava vivia em guerras com os índios da região, gastando muito de sua fazenda, perdendo escravos e cabeças de gados, buscando conquistar outros territórios descobriu um rio chamando Peixe, habitado pelos índios Icó-pequeno pertencente a nação cariri e firmando paz com os índios passou muitos anos na região. Antônio José da Cunha estabeleceu-se as margens do rio do peixe.

Na segunda metade do século XVII, estabeleceu-se na Ribeira do Rio do Peixe vários portugueses de uma mesma família – a família Dantas. O Capitão João Dantas Rothéia acabou se tornando o fundador da cidade de São João do Rio do Peixe. As margens do rio foram construídas pequenas habitações, roçados, currais de gado, a casa grande (símbolo político e de poder econômico), a senzala e plantações. João Dantas Rothéia, que se destaca no local por constituir forte poder econômico e consequentemente político, doou parte de seu terreno para seu cunhado, o Padre Ignácio da Cunha Siqueira, na intenção do mesmo erguer uma capela em homenagem a Nossa senhora do Rosário.

“A primeira casa grande, ergueu-se à beira do ri – era a primeira providencia do sertanejo. O seu marco está ficando à margem do Rio, testemunho dos antigos, sem que maiores provas se tenha encontrados documentos. Nos fins do século XVII- as margens do rio do Peixe- existia um aglomerado de casas de taipa, cobertas de telhas, uma delas com 17 portas e 14 janelas com sótão e senzala de escravos conforme o inventario de 1853”. (CARTAXO, 1975, p. 101)

A religião é um fenômeno cultural no qual os seres humanos estabelecem suas relações com o que eles consideram sagrados e se constitui como parte integrante da identidade sertaneja. Na vila São João essas práticas se tornaram comuns, os devotos se reuniam para fazer suas orações, novenas e para pagar suas promessas. Com o aparecimento de pequenas habitações na região, em sua grande maioria de taipa, surgiu a necessidade dos devotos aos poucos construir um espaço para a prática religiosa.

Entre as casas de taipa, havia uma de Cazuza da Cunha que servia de capela, com um altar improvisado em balaio enfeitado sobre uma mesa onde ao redor do qual, uma pequena população fazia suas orações á virgem do Rosário. Como toda comunidade São João nasceu de uma família e com as bênçãos de uma capela. (Cartaxo, 1975, p.101)

Para a construção da Igreja, dois irmãos, João e Domingos divergiam do lugar mais adequado para a construção da Igreja, pois cada um queria a construção o mais próximo possível de suas casas. Ocorreram discussões sérias com o rosário bacamarte na mão. Para solucionar o problema veio a Comissão Providencial e a Igreja foi construída entre os terrenos alvos da disputa. Abaixo a escritura de doação do terreno para a construção da capela:

Saibão quantos este publico instrumento de Escritura de doação ou como em Direito para sua validade melhor nome chegar haja vivem que no ano de nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cinquenta e cinco aos vintes dias do mês de setembro do dito ano, nesta Povoação de São João termo da Paraíba do Norte em casa de residência do Reverendo José Gonçalves Dantas onde eu tabelião abaixo assinado fui vindo. E sendo ahi pelo mesmo Reverendo José Gonçalves Dantas que o reconheço pelo próprio e dou fé me foi dito em presença das testemunhas do diante nomeados e assinados, que ele seu senhor e possuidor de quatro partes de terras nas datas de S.João e Olho d’Agua dos Altos deste termo na quantia de cento e dezessete mil trezentos e setenta e cinco reis pela feitura ao do primeiro inventario. A saber uma parte por compra que ela fez a José Dantas Rotheia Dutra sua mulher, da quantia de vinte mil reis, outra a Vicente Ferreira Dantas, a quantia de vinte e sete mil trezentos e setenta e cinco reis, destas partes de terra disse ele Revdo, José Gonçalves Dantas que tirara as braços seguintes pegando da esquina de fora da frente da torre da Igreja da parte do

nascente seguindo o rumo para a parte do sul o terreno que se acha até a barreira do rio, pegando da mesma torre para a parte d norte até completar duzentas braças pegando da mesma torre para a parte do poente outras 55 braças de sorte que fique o terreno declarado de 110 braças de nascente a poente e duzentos braças de norte a sul, o qual terreno assim confrontando disse ele o Reverendo, que dele faria doação a N.S.do Rosário da Povoação de São João deste mesmo- termo de Sousa para aumentar o dito patrimônio e que desde já desaforava o terreno de posse jus domínio do usufruto e rendimento que em dita porção de terra tinha, digo de terra acima confrontada tenha pois que desde de já lhe dá a posse pela causa constituinte e disse que isso tentava não opor em tempo algum a validade desta doação pois que faria de sua espontânea e livre vontade sem constrangimento algum e que como procurador e administrador desta capela N.S. do Rosário, desta povoação de São João e procurador do patrimônio dela e deste patrimônio.

Em fé e testamento digo testemunho de ver dado assim e disse constar que fosse feito de lhe ser lido e assino com testemunhas presentes Major João Gonçalves Dantas o Provedor Joaquim Theophilo da Guerra e José Gonçalves de Jesus e Domiciano de Sousa Viderres tabelião escrevi. (AS) Pe. José Gonçalves Dantas, João Gls Dantas, Pe. “Joaquim Theophilo da Guerra, José Gls de Jesus. (CARTAXO,1975, p 99)

A construção da capela teve início com os escravos Foi arquitetada por José Evangelista e mestre Vitorio e concluída em 1863. Segundo Cartaxo é possível ver a atuação dos escravos com suas senhoras na época.

Na época em que fora construída a capela, não usavam cadeiras nem bancos. Os escravos conduziam os tapetes ou mantas na cabeça, até a capela onde ali chegando abriram no chão para que as patroas e filhos ficassem sentados ou ajoelhados durante as missas ou novenas, os homens ficavam nas naves laterais. (CARTAXO, 1975, p.102).

A freguesia de Nossa Senhora do Rosário foi criada em 1863, antes estava subordinada a Paroquia de Nossa Senhora dos Remédios, localizada na cidade de Sousa. Ao se tornar independente passou a administrar outras capelas, entre elas Belém do Arrojado, hoje Uiraúna; Picada, hoje Triunfo; Umari dos Seixas ainda pertencente a São João do Rio do Peixe e Canto do Feijão, hoje Santa Helena.



Foto 01: Foto da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Acervo pessoal

1.2- Capelas de São João do Rio do Peixe

A cidade de São João do Rio do Peixe deu origem a varias capelas que por muito tempo pertenceram à cidade. A partir dessas capelas vilas se formaram ao seu redor e em seguida o surgiram as cidades. Era comum capelas serem erguidas como pagamento de promessas feitas aos santos. A capela era um lugar sagrado que fazia parte do cotidiano do homem e de sua devoção.

Segundo Abreu (2011), as capelas filiais e oratórios eram lugares sagrados e foram se espalhando pela ribeira do rio do peixe.

Podemos observar que com a criação da Paroquia Nossa Senhora do Rosário e a separação da Paroquia de Nossa Senhora dos Remédios, na cidade de Sousa, várias capelas da região passaram a pertencer a de São João. Entre elas as que se transformaram nas cidades de: Triunfo, Santa Helena Poço José de Moura e Uiraúna antes chamado de Belém. Isso mostra a influência religiosa do catolicismo da cidade de São João do Rio do Peixe sobre a região.

A capela de Triunfo foi uma promessa feita por um morador do sitio picada, primeira denominação da cidade. Em um ano difícil no sertão, um surto de cólera

colocava em risco a população da região, o senhor fez um voto ao Senhor Menino Deus para que aquela epidemia não ultrapassasse os limites do sítio. Ao que parece suas preces foram ouvidas, não se registrando um só caso da doença naquele sítio, assim ele saiu pedindo esmolas e edificou uma capela ao menino Deus. No ano de 1937 a primeira capela foi demolida dando lugar à outra maior no local para atender a população que já crescia.

Santa Helena antigamente era um sítio denominado sítio feijão e também pertencia a São João. Nesse sítio foi erguida uma capela em homenagem a Santa Helena logo após a cidade passou a ser chamada Santa Helena em homenagem à santa.

Na cidade de Uiraúna no século XIX, por volta de 1840 surgiu na região os primeiros exploradores e criadores de gado. Já por volta do ano de 1817, novos moradores mudaram-se para a região e deram o nome de Arrojado de Baixo, e ali fixaram famílias e residências. Dentre as famílias que lá fixaram moradias existia um casal formando por Joaquim Duarte Coutinho e França Caetano Coutinho, eles tinham um filho padre, chamado José Joaquim de França, que havia se ordenado padre no Seminário de Olinda. Com influência da família edificou uma capela no ano de 1874 em homenagem a Sagrada Família Jesus, Maria, José.

A tabela abaixo mostra as capelas que pertencem a Cidade de São João e foram construídas na década de 30 e 40:

Local	Padroeiro	Ano
Capela de Umarí	Nossa Senhora das Dores	1930
Capela de Brejo das Freiras	Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	1944
Capela de São Francisco	São Francisco	1944
Capela do Gravatá	São Francisco	1951
Capela da Bandarra	Santo Antonio	1951
Capela de Fatima- Hoje Pedra Redonda	Nossa Senhora do Perpetuo Socorro	1951

Capela de São José- Bairro das Populares	São José	1982
Capela São Geraldo Magela- Poço Jose de Moura	São Geraldo Magela	

E entre outras que passaram a pertencer a outra cidade:

Local	Padroeira	Ano
Capela de Melancias- Santa Helena	Santo Antônio	1952
Capela de Varzea da Ema – Santa Helena	Santa Luzia	1948

“Os habitantes do sertão paraibano seguiam um ciclo de vida ligado estritamente ao religioso. O nascer, crescer, casar e morrer, estavam intimamente atrelados às práticas religiosas dirigidas pela Igreja Católica, sendo que com o aumento populacional houve a necessidade de uma maior assistência religiosa possibilitada através de novos templos”. (ABREU, 2011 p, 98)

Esse templos aos poucos foram ganhado espaço nas comunidades e vilas, mostrando a Influência da Igreja Católica bem como a devoção das pessoas, sendo que a maioria dessas capelas também foram construídas por fies que deviam promessas aos santos ou então em homenagem a eles na intenção de receber graças.

1.3- Comemorações religiosas na Igreja Católica na Cidade.

As festas religiosas sempre movimentaram a rotina da cidade e de seus moradores, se constituíram como parte integrante da cultura local e do cotidiano popular. Tornando-se espaços de encontros políticos, amorosos e de visibilidade, além de produzir também espaço para os interesses da Igreja Católica. No século XIX, muitas cidades do império promoveram festas religiosas, organizadas pelas irmandades em homenagem aos santos de devoção. Em algumas ocasiões às festas sagradas eram confundidas com festas profanas, pois além das missas, novenas, procissões e outros ritos católicos, realizavam também danças, barracas de jogos, comidas, bebidas, etc.

Nesse momento a população negra também aproveitava as oportunidades para fazer de suas danças e músicas um acontecimento, alguns se convertiam ao catolicismo, outros produziram a miscigenação e outros não se deixavam seduzir, mas aproveitavam o clima de festa para várias práticas.

Um dos exemplos do enlace estabelecido entre as práticas africanas e o culto religioso católico foi o Congado, manifestação religiosa de origem africana que está ligada a Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Vale destacar que as festas religiosas também contribuíam para o desenvolvimento econômico local, com o grande movimento de pessoas de comunidades circunvizinhas que vinham participar da festa.

Presenças certas nessas ocasiões eram as feiras livres, onde as negras com seus tabuleiros vendiam roscas do espírito santo, pães variados-marcados-com a pompinha-cuscuz e cocadas, angu ou mocotó; as barracas da sorte, de comidas e bebidas, onde se fritava fígado ou peixe e se podiam beber canecas de vinho verde tirando da pipa; os espetáculos de circo; as barracas de jogos diversos; as peças teatrais, com teatrinhos de bonecos, comédias, cantorias de dueto e mágicas, acompanhadas de violões, flautas e cavaquinhos e até os batuques. (ABREU ;VIANA, p.254)

Dessa forma, podemos observar a participação da população negra envolvidas nas manifestações religiosas europeias, e não podendo praticar seus cultos, adaptaram muitos deles para as festas católicas, até mesmo os santos que muitas vezes mudavam de nomes para serem aceitos, e assim os negros poderem praticar a sua religião, que era determinadamente proibida de ser praticada.

As festas elaboradas foram de muita importância na configuração do campo religioso católico no Brasil, os rituais demarcam espaços públicos e tempo no campo social de destaque.

Quase toda semana em Portugal seiscentista os fiéis deviam passar horas seguidas reunidos nas igrejas, capelas ou ermidas, rezando, cantando, ouvindo sermões ou assistindo as representações religiosas, como presépios, autos-de-fé, lausperenes, via-sacra etc., não apenas em sua própria vila ou cidade mais nas terras circunvizinhas. (Mott, 2007, p.160)

No Brasil, a imposição do poder português através do campo religioso, se reproduziu através dos donos de terras que construíram Igrejas em suas propriedades e alargando esse domínio.

Um dos traços marcantes da espiritualidade luso-brasileira sempre foi a devoção preferencial de nossos colonos por Maria Santíssima. Tão presente estava Nossa Senhora no Imaginário, nos sermões, nas preces, como titular

das Igrejas e capelas, como Madrinha dos neófitos, nas dezessete festas anuais à virgem consagrada. (Mott, 2007, p.160)

Nas cidades sertanejas, o mês de maio é tradicionalmente concedido a homenagear Maria, passando com isso a ser denominado de mês mariano. Em particular, a cidade de São João do Rio do Peixe tem como padroeira Nossa Senhora do Rosário e a festa conta com boa parte da população, como também de patrocinadores que disputam às noites, colaborando financeiramente com doações para a festa. Este costume vem desde o início da fundação da paróquia e, além disso, durante esse período aproveita-se para realizar os sacramentos: batismo, eucaristia e matrimônio, portanto, também é um período que atrai mais fiéis para a Igreja.



Foto 02: Procissão saindo da Igreja Matriz para percorrer as principais ruas da cidade no mês de maio. Disponível em: <http://umolharsobresaojoao.blogspot.com.br/2012/03/sao-joao-do-rio-do-peixe-e-seus.html>



Foto 03: Procissão para erguer um cruzeiro de ferro e madeira em frente a capela de São Francisco na cidade de São João do Rio do Peixe em 29/05/1957. Disponível em: <http://umolharsobresaojoao.blogspot.com.br/2012/03/sao-joao-do-rio-do-peixe-e-seus.html>

Os ritos e símbolos produzidos pelo catolicismo foram vivenciados e alimentados ao longo da história através da fé do povo e das múltiplas possibilidades de sua reinvenção. As festas, congregações e irmandades tiveram papel fundamental para a configuração do espaço religioso nas cidades.

O apostolado da Oração, a ordem III de São Francisco e as Conferências de São Vicente de Paula, dos homens e das senhoras, prestaram à paróquia relevantes serviços, assistenciais e sociais. Realizaram-se conforme o calendário, com a participação do povo de Deus, a festa da Padroeira a Campanha da Fraternidade, a Semana Santa. O mês de mariano, a festa de São Francisco e o novenário do Natal em Família. (Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, p.100).

A importância dessa ordem religiosa na cidade de São João do Rio do Peixe está presente nas festas de um santo muito venerado pela população, São Francisco de Assis, a origem da festa se deu através da intervenção franciscana, a chamada (OFS), a Ordem Franciscana Secular.

A devoção de São Francisco na Paróquia é muito grande, tanto na zona rural como na zona urbana. As comemorações da festa tiveram início com a celebração da

missa na Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário. Com um altar dedicado ao santo de devoção era muito grande, nasceu à necessidade de se construir uma capela em sua homenagem. As festas ganharam mais destaque com a criação da ordem franciscana, no ano de 1924, que ficavam responsáveis pela organização da festa.

O idealizador da obra da construção da Capela foi o Padre Joaquim Cirilo de Sá, que com o apoio do Padre Jácome, vigário da paróquia, começou a construir a capela. O padre, pertencente e fundador da Ordem Franciscana Secular da cidade, tinha devoção ao santo.

Segundo Sousa (2007), as mulheres da comunidade empenharam-se no trabalho da construção da capela, carregando telhas e tijolos para a sua edificação. A festa de São Francisco é uma das maiores manifestações religiosas da cidade, contando com a presença de boa parte da população, sendo maior até que a festa da padroeira Nossa Senhora do Rosário, como registra o livro de tombo:

Celebração Solene de N.S do Rosário, excelsa e milagrosa Padroeira da Paróquia foi celebrada, como acontece anualmente com a participação de seus devotos da cidade e do campo. Lamentavelmente, nesta Freguesia, não é celebrada com uma grande participação do seu povo, como se verifica no mês de outubro com a festa de São Francisco, entretanto, cumpriu-se bem toda a programação da festa (LIVRO DE TOMBO da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, p. 103)

Nessa discussão podemos observar a partir das fontes apresentadas, a importância da religião católica para a cidade de São João do Rio do Peixe mesmo quando era vila até ser alçada a condição de cidade. As fontes apresentam uma devoção muito grande nos santos e nas ordens religiosas. Todavia, a partir de 1930 esse cenário se altera quando parte da população se torna evangélica, em um contexto em que o protestantismo vai ganhado força e espaço nas pequenas cidades, resultado das mudanças do Estado republicano.

CAPÍTULO II: A INSERÇÃO DO PROTESTANTISMO NO BRASIL: O CONFLITO COM A IGREJA OFICIAL DO ESTADO.

A diversidade que configurava o território recém-descoberto causava demasiado temor diante dos olhos europeus e divergia profundamente diante dos interesses à proposta de colonização. Unificar pela fé, era a primeira proposta de instituir, dentre o desconhecido, a superioridade cultural espanhola e portuguesa, difundindo através do catolicismo seus costumes, língua, gostos, hábitos e poder de domínio. Levar o catolicismo às regiões recém-descobertas foi também uma forma de barrar o avanço do protestantismo no mundo.

Apesar de comportar em si mesma uma grande diversidade, a tradição cristã católica sempre foi capaz de conciliar e envolver essa diversidade com a vigorosa unidade que se manifesta, por exemplo, no plano institucional. Ao contrário da tradição católica, o protestantismo que surgiu na Reforma do século XVI foi muito mais longe na variedade de tendências e instituições que gerou, e desde cedo revelou-se incapaz de conserva-se unido. Por essa razão, é muito mais adequado falar de protestantismos (calvinista, luterano, metodista, etc) que em protestantismo brasileiro. (MENDONÇA, 2008, p. 12)

O Brasil era considerado um país essencialmente católico, por sua própria configuração histórica, incluindo nesse processo a importante participação dos jesuítas no processo de catequização indígena. O Momento em que se deu a implantação do protestantismo no Brasil, o país estava sob o regime do padroado régio, nesse sistema o Estado ligado a Roma tinha poderes sobre o clero local e essa aliança garantia ao catolicismo o título de religião oficial do Estado.

As primeiras tentativas de implantação do protestantismo foram poucos anos após a chegada dos colonizadores no Brasil – protestantes franceses se estabeleceram no Rio de Janeiro entre 1555 e 1560 e protestantes holandeses se estabeleceram no Nordeste entre 1630 e 1654 - mas a resistência católica foi grande. Os protestantes fracassaram diversas vezes na tentativa de implantar a religião reformada no Brasil.

A primeira tentativa de manifestação de uma colonização protestante no Brasil deu-se pouco depois do início da colonização portuguesa (1553), com a chegada da expedição de Villegaignon em (1555), que, sob o amparo de Coligny, pretendia fundar a França Antártica e construir um refugio onde os huguenotes pudessem praticar livremente o culto reformado. (MENDONÇA, 2008, p. 38).

Fracassada essa primeira tentativa, a segunda se deu no período holandês quando se estabeleceram no Nordeste no início da colonização portuguesa, ocasião em que Portugal foi obrigado a estabelecer uma aliança com os holandeses para a comercialização das mercadorias produzidas no Brasil. Assim no século XVII o Brasil conhecia uma nova investida de implantação da religião reformada no Brasil.

Mas, segundo Mendonça (2008), não há indícios de que a intenção dos holandeses tenha sido religiosa no sentido de uma visão de terra prometida; porém essa hipótese não pode ser descartada uma vez que integrava o clima da época.

Até então a evangelização do Brasil estava nas mãos dos missionários e dos padres católicos romanos, salvo a rápida presença de pastores de língua francesa no Rio de Janeiro por ocasião da ocupação francesa (1557-58) e a presença um pouco mais demorada de pastores de língua holandesa (1630-1654). A essa altura, ainda não havia imigrantes suíços e alemães de fé evangélica vivendo no país. Entre a chegada da primeira missão jesuíta (1549) e a passagem de Hanry Martym por Salvador (1805) transcorreram 265 anos. (César, 2000, p.64)

Era um desafio para os protestantes, pois os símbolos católicos já instituíam legitimidade com forte influência sobre o povo e eles estavam estrategicamente posicionados nos espaços sociais. A Cruz, um dos símbolos mais representativos do catolicismo estava nas igrejas, nas escolas, nos hospitais, nas casas e nas gestões sociais, se configurando como um símbolo de grande poder social e cultural.

Apenas no século XIX, condições favoráveis ao protestantismo possibilitaram a inserção da religião no Brasil. Sendo assim, afetaram a política brasileira, sua economia e sociedade.

“As revoluções Inglesas, Americana e Francesa, respectivamente, seriam apresentadas como ícones para o Ocidente no campo político, com marcas claras do Iluminismo, cujas influências deixaram impressões na própria religião em sua abordagem bíblica e a Revolução Industrial produziria uma significativa alteração na forma e relação de trabalho (a mão de obra escrava ficaria obsoleta)”. (RABELO, 2009, p. 27)

Rabelo (2009) nos apresenta duas formas de inserção do protestantismo no Brasil no século XIX, nesse contexto nos é apresentado o protestantismo de imigração e de missão. O primeiro se deu com a chegada de agricultores europeus para trabalhar em terras brasileiras, atividade incentivada por D. Pedro I, quando no século XIX mudanças econômicas políticas e religiosas marcaram esse período. De início, o objetivo dos

imigrantes não era de implantar a sua religião e sim aproveitar as oportunidades financeiras propostas pelo Tratado de Comercio e Navegação de 1810. No entanto, os protestantes aos poucos foram instalando-se e construindo suas igrejas ligadas a seu país e a sua crença, possibilidade também garantida pelo Tratado de Aliança feito por Portugal e Inglaterra.

Os motivos pelos quais ocorreu a imigração no Brasil era a necessidade do Imperador expandir a colonização pelo interior do país e também, satisfazer as elites brasileiras.

O protestantismo de missão foi instalado no Brasil com clara intenção de ganhar espaço na sociedade e influenciar outros a praticarem sua crença.

A pregação individualista de sua crença encontrou espaço nas camadas pobres da sociedade, entre os homens livres. A expansão protestante no Brasil ocorreu com a chamada Era Missionaria e teve de enfrentar uma religião estabelecida pelo colonizador e inserida na cultura brasileira.

Segundo Rabelo (2009), importância dos distribuidores de Bíblias para a difusão do protestantismo brasileiro é imensa, pois a distribuição independia da pregação formal que ainda é uma arma de evangelização bastante usada, pois se acreditava que uma simples leitura da Bíblia conduziria um indivíduo a fé reformada.

De acordo com a literatura referente ao tema, foi em meio a esse clima de crise religiosa no seio do catolicismo que o protestantismo conseguiu apresentar sua proposta e, construir possibilidades efetivas para sua inserção na sociedade brasileira, o baixo número de sacerdotes, como também mudanças no sistema político e econômico brasileiro e a migração, foram alguns dos fatores que produziram instabilidade e descredibilidade à atuação da Igreja católica no Brasil.

Kidder, um pastor norte americano, que passou pelo Brasil durante o período em que aconteceram as missões estrangeiras, narra à situação eclesiástica e espiritual do país na primeira metade do século XIX. Uma dos destaques de seu relato é pequena quantidade de clérigos para atender um rebanho de grandes proporções, o que colaborou para o enfraquecimento da vida espiritual da Igreja em termos quantitativos de fieis.

Outro destaque seria a forte participação da Igreja em assuntos políticos, relegando a segundo plano seu compromisso para com a vida espiritual.

A insuficiência numérica do clero brasileiro se fez acompanhar de um enfraquecimento de sua vida espiritual. Embora não fosse de se esperar, porque a falta de sacerdotes deve aumentar o seu prestígio, constituiu ela, entretanto, um elemento ativo desse enfraquecimento. (LÉONARD, 1981, p.30)

Diante desse quadro, os protestantes traçaram estratégias para atrair a população e constituir seus fiéis, tais como a distribuição de Bíblia, a evangelização principalmente nos lugares mais esquecidos pelos missionários católicos, como o campo, pequenos bairros, sítios e fazendas. Para aprofundar mais ainda essa estratégia utilizou-se de várias formas dentre elas a evangelização pela educação, em que os pastores desempenhavam o papel de professores aproveitando-se desse espaço para constituir os valores protestantes e formar seu rebanho.

Mendonça (2008) aborda a ideia da evangelização no nível educacional por meio de dois planos: o ideológico e o instrumental, o primeiro se deu quando procurou, através dos grandes colégios, atingir a sociedade, já o segundo, ocorreu com a manutenção dos cultos nas camadas mais baixas da população. A criação de escolas protestantes se pauta na necessidade de educar os filhos de protestantes para uma formação educacional vinculada aos preceitos protestantes, uma vez que todas as escolas do Estado tinham o ensino religioso católico como obrigatório e os que não comungavam da mesma fé, sofriam discriminação.

Outro fator destacado pelos autores que abordam a inserção do protestantismo no Brasil foi a imigração, visto que no início do século XIX no Brasil houve uma significativa redução da mão obra escrava, fazendo com que o trabalhador livre fosse cada vez mais procurado para desenvolver o trabalho antes realizado pelos escravos. Os prosélitos aproveitaram esse período de carência de mão de obra escrava para expandir sua missão através da imigração, as Igrejas protestantes aproveitaram a expansão do comércio e da colonização para lançar o seu período mais abrangente de missões e com isso ganharam força para expandir sua religião. Segundo Mendonça (2008), o que aumentou foi o número de congregações que, pouco a pouco, trilhando as frentes pioneiras, pontilhavam o mapa da província de São Paulo e parte de Minas Gerais

formando novos adeptos. Aos poucos os grupos formaram pequenos núcleos de realização do culto protestante.

Ao analisarmos o processo imigratório, percebermos sua importância ao atender os interesses econômicos formados no período, como sua contribuição a inserção do protestantismo no contexto político da época. Segundo KLUG (2009), na época também se discutia a efetiva contribuição dos imigrantes protestantes a política de branqueamento idealizada em território nacional, como uma forma de colocar o país alinhado a Europa, acreditando-se que a cor da sua população estava diretamente relacionada ao seu atraso cultural, social, econômico, político, etc. Nessa perspectiva, o referido autor aponta que a migração europeia não foi apenas bem quista como extremamente incentivada para que ocorresse um processo de miscigenação às avessas do que tinha acontecido.

O que podemos perceber nesse contexto é a existência de uma falsa harmonia entre a Igreja e Estado, isso também possibilitou movimentos dentro da própria Igreja que apoiavam a separação, o povo sentia falta do elemento espiritual de que a Igreja era responsável e que deixava a segundo plano, ou seja, da verdadeira missão da Igreja. Esse foi um dos fatos que deram repercussão a crise religiosa.

A Igreja Católica realizou uma grande campanha para recuperar os seus antigos privilégios e voltar a ocupar os espaços perdidos. Mostrou-se muito agressiva contra os protestantes, acusando-lhes de serem inimigos da identidade da cultura brasileira. Com a proclamação do regime republicano, a pequena comunidade protestante existente, viu-se alvo de ataques e perseguições ainda maiores do que as ocorridas na época do Império. Foram comuns, nas primeiras décadas da República, as mais variadas manifestações de intolerância contra os evangélicos. Os evangélicos ainda defendiam o direito de ensinar suas doutrinas para o povo, de enterrar seus mortos nos cemitérios públicos que era tido como pertencentes à Igreja Católica. Embora os cemitérios pertencessem ao Estado, eles eram administrados pela Igreja Católica. Segundo Viera (1929), não somente os protestantes como também os maçons eram julgados indignos de compartilhar as graças divinas.

Assim, como resultado desse processo de ação da Igreja Evangélica e de disputa de espaço verificou-se um dos mais significativos episódios de conflito entre

autoridades católicas e autoridades protestantes na cidade na época Antenor Navarro atual São Joao do Rio do Peixe como podemos ver no capítulo a seguir.

CAPITULO III: HISTORIA DO CONFRONTO ENTRE CATOLICOS E EVANGELICOS EM ANTENOR NAVARRO ATUAL SÃO JOAO DO RIO DO PEIXE NA DECADA DE 1940.

O protestantismo se desenvolveu bastante no século XX. Isso se deu graças ao governo republicano que trouxe mudanças sociais no Brasil, dentre elas a separação entre a Igreja e o Estado. Assim a Igreja Católica deixou de ser considerada a Igreja Oficial.

A Reforma Religiosa causou uma divisão dentro da religião católica e também dentro do movimento protestante, com isso surgiram várias denominações, o que causou certa divisão no protestantismo. O movimento protestante se dividiu em vários ramos: luteranas, presbiterianas, metodistas, congregacionais e batistas.

As principais características dessas Igrejas eram seguir a Bíblia como fonte de salvação. Acreditava-se que somente a partir da palavra de Deus e da Oração individual era possível alcançar a salvação. Com isso, adotaram em suas Igrejas ambientes simples, sem imagens ou cruz, somente bancos para os fieis. Os cultos eram centrados na palavra de Deus, cantados hinos e feitas às orações.

Podemos perceber que, de acordo com as discussões feitas nos capítulos anteriores, o protestantismo aos poucos ganhou espaço dentro de um pequeno ramo da sociedade. A partir disso pode realizar seus cultos e expandir sua religião. Tendo ainda que enfrentar a oposição do clero católico que procurava defender a influência que tinha à Igreja Católica sobre a população, sendo assim, boa parte da população católica não aceitava a nova religião que estava inserindo-se no cotidiano brasileiro.

A situação político-social da Paraíba aos pouco foi contribuindo para a inserção do protestantismo. Segundo SILVA (2012), o desenvolvimento da cultura do algodão proporcionou a abertura de estradas, a dinamização do comércio, a intensificação do povoamento provocou o surgimento de vilas. O processo de urbanização na Paraíba esteve ligado à oferta de serviços que estava acontecendo graças a atividade comercial e a melhoria dos meios de transporte.

Essa situação aos poucos foi criando espaço para a inserção do protestantismo. A migração para esses pequenos centros urbanos em busca de melhorias de trabalho levou esses grupos a se instalarem nas comunidades. Nesses grupos de migrantes existiam

muitos protestantes que, aos poucos, foram buscando evangelizar e construir suas igrejas nesses lugares.

É importante destacar que toda essa discussão teórica feita acerca da situação de como se encontrava o Brasil no século XIX, serve de base para aqui mostrarmos quais as dificuldades encontradas para os missionários protestantes em expandir a sua religião e como aos poucos eles ganharam espaço.

Ofensas, apelidos, ironias, várias eram as formas ofensivas de tratamento direcionadas aos protestantes, no campo social dominado pelos católicos, dessa forma: “Quanto aos apelidos, não demorou aos protestantes se acostumem ao novo nome como, “bodes”, termo que logo seria introduzido á poesia popular, inspirando canções de roda, como a de autoria provável do vigário Xavier Thuet, francês, cerca de 1921 ou 1923, cantada em Alagoas” (RABELO, 2009. p.43)

No Beco do hotel
Ninguém mais pode passar
Com os bodes e bodinhas
Todos eles a berrar.
Refrão:
Oh! Pé de bode...
Pé de bode tentador (bis)
Tens os pés tão grande
Que és capaz de pisar Nosso Senhor (bis)
Esta gente aqui na Lage
Quer ser cousa adiantada.
Nas garras de nós, católicos,
Não dá nem um pitada!
(RABELO, 2009, p, 43)

As condições políticas e de convívio não eram nada boas para os considerados não católicos, pois a Constituição Brasileira de 1824 previa a tolerância religiosa, mas não dava aos protestantes direito de participar da política brasileira, pois ainda cabia ao clero a administração dos cemitérios públicos, registros de nascimentos, casamentos óbitos, etc. Mas a inserção do protestantismo aos poucos foi se constituindo em uma ação do próprio Estado, como o incentivo a vinda de estrangeiros para o Brasil, uma ação considerada de melhoramento do sistema econômico.

Ser sepultado em um cemitério oficial era privilegio que cabia somente aos católicos, uma vez que os padres eram seus administradores. Nesse caso, não faltaram fatos constrangedores para os não católicos, como o do protestante Júlio Frank, respeitando pela sociedade paulista, sendo, porém, sepultado no pátio da Faculdade de

Direito de São Paulo, no segundo reinado, pois foi-lhe negado o sepultamento em cemitério tradicional. (Rabelo 2009, 46).

O decreto de 1827, regulado pela Igreja Católica, definiu que o casamento no Brasil seria válido apenas quando feito pela Igreja Católica, portanto, quem professasse outra religião teria muitas vezes que renunciar sua fé para ter seu casamento regularizado e para poderem registrar seus filhos.

Contudo, as missões protestantes aos poucos ganharam espaços e conquistaram fiéis. Na cidade de Antenor Navarro a religião protestante começa a ser difundida no final da década de 30, e começa a se fixar na década de 40, com a construção da primeira Igreja Evangélica na cidade, a Assembleia de Deus.

O primeiro pastor da cidade foi Vicente Guedes Duarte que tinha como um dos seus principais objetivos o trabalho de evangelização. O mesmo começa no ano de 1938 o seu trabalho missionário. Relatos recolhido do livro escrito pelo pastor Vicente Guedes Duarte mostra que já havia pessoas na cidade que simpatizavam com a religião protestante.

No dia primeiro de junho de 1938, chegamos a cidade de Antenor Navarro e na noite desse dia, em companhia de meu pai, dirigimos o primeiro culto nessa cidade, onde moravam duas crentes da Igreja Presbiteriana. Uma era proprietária de um hotel e chamava-se Donana Vieira; a outra, era minha tia e chamava-se Maria Duarte, e assim começamos um trabalho evangélico nessa cidade. Logo eu me estabeleci com uma alfaiataria e assim ia levando os dois trabalhos. (DUARTE, 1987, p.47).

Vicente Guedes Duarte, oriundo do estado do Ceará, chegou à cidade de Antenor Navarro em 1934 e começou a trabalhar como alfaiate, depois de se estabelecer casou-se com Julinda Tavares, residente nesta cidade. A situação nessa época não era muito boa, a seca assolava o sertão da Paraíba trazendo dificuldades de convivência para a população, por isso Vicente Guedes passou um tempo pela capital da Paraíba à procura de melhorias de vida. Somente em 1938, retorna a cidade de Antenor Navarro e dá continuidade ao trabalho de evangelização.

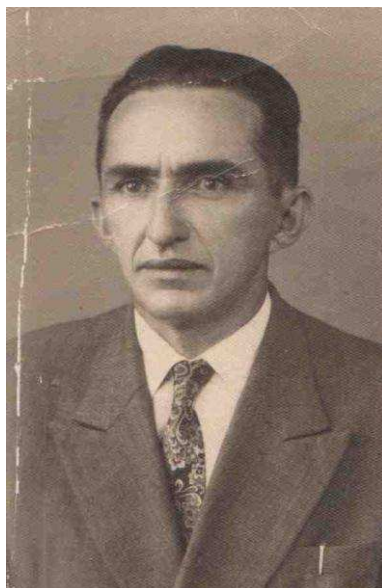


Foto 4: Pastor Vicente Guedes Duarte Fundador da Igreja Assembleia de Deus de São João do Rio do Peixe – PB. Imagem cedida por: Sósthenis Anacleto Estrela.

Em meio a esse ano de seca existia na cidade de Antenor Navarro a Barragem de Pilões que atraía a população em busca de melhores condições de vida; com isso houve a migração da População para esta área. Vieram muitos migrantes pertencentes a congregações vizinhas, essa situação foi boa para a expansão do cristianismo protestante na cidade, pois cresceu bastante o numero de fies para a religião.

A cidade de Antenor Navarro era uma pequena cidade do sertão da Paraíba que dependia economicamente da cidade de Cajazeiras, mas apesar disso existia na cidade um grande personagem que foi de muita importância para o desenvolvimento da mesma, o Padre Joaquim Cirilo de Sá usando de sua influência política trouxe grandes benfeitorias para a cidade, a barragem de Pilões, por exemplo, foi uma delas.

Em seus relatos Vicente Guedes apresenta a importância da barragem de Pilões para o crescimento do numero de fiéis:

No dia 30 de agosto, tivemos mais um batismo, sendo desta vez de trinta e um candidatos, efetuado na represa de Pilões, que fica a nove quilômetros de Antenor Navarro. Havia um pouco de fome na cidade, mas como a maioria dos crentes morava em Pilões, e já havia muita fartura de batata doce e arroz, eu avisei que quem fosse assistir o batismo teria janta. Assim sendo, compareceram umas trezentas pessoas e os irmãos fizeram uma festa, e todo o povo comeu com fartura. Nessa ocasião, tinha-se convertido um fazendeiro por nome “Juca Braga”, e ele nos ajudou bastante, juntamente com sua esposa, irmã Santana”. (DUARTE, 1987, p.).

Entre esses avanços, o Padre Joaquim Cirilo de Sá conseguiu para a cidade a estrada de ferro, inaugurada em 1922, facilitadora da entrada dos visitantes que se fixavam na cidade devido às condições que ela oferecia. A Ferrovia teria um papel modernizador na vila de São João. O Padre Sá era amigo do Presidente da República Epitácio Pessoa e isso facilitou a conquista da estrada de ferro para a cidade, como afirma SOUSA (2005, p.31), na citação abaixo:

“(...) lutava o padre Joaquim Cirilo de Sá, manifestando-se nas requerências políticas como um defensor inexorável de “sua gente”. O padre amigo incondicional do então Presidente da República, Epitácio Pessoa, apresentou um plano considerado mais econômico ligando Paiano no Ceará, hoje Arrojado Lisboa, a São João do Rio do Peixe esta a cidade de Sousa (...)”.



Foto 5: Padre Joaquim Cirilo de Sá Foto: Acervo Pessoal

Essas modernizações foram importantes para chegada de novos moradores na vila São João, e também possibilitou à entrada de protestantes que buscavam uma melhoria de vida.

“No ano de 1941 foi muito seco e como havia uma represa no município de Antenor Navarro (Pilões), muita gente procurou se refrigerar nessa represa. Vieram também alguns crentes e a Congregação tomou novo rumo, isto é, cresceu bastante e se converteu muita gente (...)”. (DUARTE, 1987, p.47).

Em 1941, o pastor Vicente Guedes deu início à construção do primeiro templo protestante na cidade, o espaço utilizado foi os fundos de sua casa. Ele afirma que logo começou a perseguição por parte do clero católico da cidade. No primeiro momento foi impedido pelo pároco local, o Padre Manuel Jácome, que alegou que o terreno pertencia ao patrimônio de Nossa Senhora do Rosário. No documento analisado e na fala do Pastor foi comprovado que o terreno ficava fora das terras do patrimônio da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário.

A perseguição continuou agora por parte do Padre Joaquim Cirilo de Sá que deu início a uma ação judicial alegando que o pastor estava construindo o templo em terras que pertenciam a sua família. O Padre Joaquim Cirilo de Sá tinha uma forte influência dentro da cidade por ter exercido cargos políticos e foi vigário da cidade do ano de 1898 até 1928.

Na documentação analisada, o padre Joaquim Cirilo de Sá afirma a invasão do terreno por parte do pastor e de sua mulher, Julinda Tavares Duarte, argumentando que:

Que o requerente é senhor e possuidor, desde o ano de mil novecentos e cinco, de duas partes de terras na data de olho d'água deste termo, com uma capoeira, conjuntos ao antigo cemitério desta cidade havidas por compra a Vicência Maria da Conceição e Sá (...)” . “Que ditas terras se limitam ao sul com o patrimônio de nossa Senhora de Nossa Senhora do Rosário, padroeira desta freguesia: ao norte com terras da prefeitura; ao poente com a estrada e ao nascente com as terras dos zumbas”. “Que nessa área de terra pertence ao requerente, os réus estão construído um “TEMPLO” destinado ao exercício de culto protestante, invadido desse modo o prédio do autor”. “Que os réus são construtores de má fé, porque sabem e têm certeza de que o terreno sobre o qual estão construído o mesmo templo, não é seu, não lhe pertence por qualquer título. (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, pp 1, 2, 3, 1941)

Esse argumento foi utilizado para suspender a obra empreendida pelo pastor. “O mandado de suspensão de obra” atendia ao pedido do Padre Joaquim Cirilo de Sá, para que o pastor Vicente Guedes suspendesse as obras do Templo protestantes, pois o Padre alegava que as terras lhes pertenciam.

O Padre Joaquim Cirilo de Sá, acompanhado de seu advogado Deoclecio Cipriano Maniçoba propôs a ação contra a obra do pastor Vicente Guedes Duarte por ter invadido seus terrenos. Na ação o Padre alegava que as terras pertenciam a ele, pois em 1905 teria comprando o terreno em questão a Vicência e Maria da Conceição e Sá. Esse

lote que estava sendo alvo de disputa ficava ao lado do cemitério antigo da cidade ao lado de uma capoeira

Segundo o Padre Sá, o pastor e sua mulher invadiram suas terras:

Acharam-se construindo um templo profano para o exercício do culto dele e outras que professam a sua seita sobre os terrenos dele outorgante, na vida por compras a dona Vicencia Maria da Conceição e Sá, no ano de 1905 que ficam conjuntas ao antigo cemitério publico desta cidade (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 35, 1941)

O Pastor Vicente Guedes afirma que conseguiu da Prefeitura da cidade uma permissão para construir sua casa no ano de 1939 apresentando o documento abaixo:

Vicente Guedes Duarte, residente nesta cidade, venho aqui mui respeitosamente requerer a V.S. uma licença para a construção de uma casa na Avenida quatro de Outubro junto a esquina, conforme planta em anexo. (Antenor Navarro, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 22, 1941)

O Pastor Vicente Guedes solicitou uma licença em 1939 para a construção de sua casa e essa foi concedida pelo prefeito Jacob Frantz. Quase um ano depois conseguiu da Prefeitura Municipal a licença para a construção do templo protestante. O documento apresentado em Juízo pelo réu, o Pastor Vicente Guedes afirma que o mesmo teve permissão da Prefeitura para a construção do templo:

Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Antenor Navarro
Ao sr fiscal para encaminhar o local e planta da construção deste requerimento e providenciar o necessário.

Estácio Tavares Prefeito.

O infra assinado pretendendo construir um salão para culto evangélico, vem mui respeitosamente, pedir a V . S^a dirigindo-se conceder licença para edificação do prédio, a cima citado nos terrenos que dão para a praça da Estação fundos para a Av 4 de Outubro nesta cidade. Neste Termo

P. Referimento

Antenor Navarro, 11 de Novembro de 1940

Vicente Guedes Duarte 11-12-1940

(ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 23, 1941)



Foto 6: Antiga Casa do Pastor Vicente Guedes. Acervo Pessoal

No dia 12 de dezembro do ano de 1940, foi suspensa a obra iniciada pelo pastor Vicente Guedes. A partir da denúncia feita pelo padre Joaquim Cirilo de Sá, através do Mandado de Embargo, a obra foi embargada estando os réus (o Pastor Vicente Guedes Duarte e sua esposa) sujeitos à multa se não cumprissem a ordem judicial. . A obra embargada consistia em:

Um prédio com um só vão, com três metros e meio de altura; vinte e sete palmos de largura e trinta e oito palmos de comprimento, toda em preto ainda, com uma porta e uma janelas; ao sul uma porta e uma janela e ao poente com duas janelas e uma porta, isto e , todas a portas ainda estão por pregar, estando somente as claras. (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 13, 1941)

Analizamos que a Igreja já estava quase pronta quando o Padre Joaquim Cirilo de Sá fez a denúncia, com isso, a obra foi proibida de prosseguir. Em sua defesa, o Pastor Vicente Guedes e sua esposa acusam o Padre de estar agindo com intolerância religiosa, pois segundo eles, o mesmo não tem certeza de onde se localiza as terras que comprou a Vicência Maria da Conceição e Sá.

No dia vinte e quatro de março de 1941, na cidade de Antenor Navarro, o Juiz de direito da Comarca, Francisco Vaz Carneiro, o advogado João Guimaraes Jurema, que atuava na defesa dos réus Vicente Guedes Duarte e de sua mulher, Julinda Tavares Duarte, e o advogado Deoclécio Cipriano Maniçoba, que representava os interesses do autor da ação, Padre Joaquim Cirilo de Sá, compareceram ao Fórum para da início ao processo apresentado seus argumentos e testemunhas.

O julgamento ocorreu de acordo com as falas das testemunhas arroladas. O Padre Sá tinha as seguintes testemunhas: João André do Nascimento, funcionário público, residente nesta cidade; Galdino Formiga, funcionário público federal, residente na vila de São Gonçalo; Raimundo Dantas Rotéa, agricultor; Manuel Germano dos Santos, agricultor; João Adelino de Queiroga, funcionário público federal, estes dois últimos, moradores na cidade de Antenor Navarro.

O Padre alegava que era dono de duas partes de terras na data de Olho D'agua que ficava ao lado do cemitério antigo desta cidade,. A compra foi feita a Vicência Maria da Conceição e Sá. A demarcação das terras apresentado pelo o autor do processo foi que: “limitam ao sul com o Patrimônio de nossa senhora do Rosário, Padroeira da cidade, ao norte com as terras da Prefeitura, ao poente com a estrada de ferro e ao nascente com as terras dos Zumbas”. Sendo assim, a construção feita pelos réus está dentro dos limites apresentados pelo autor.

Os réus contestam a ação alegando que o documento apresentado pelo autor não possui nem um valor jurídico por se tratar de uma escritura particular assinada a rogo da vendedora, ou seja, não foi registrada pela vendedora em cartório. Afirma o réu, pastor Vicente Guedes, “que as duas partes de terras que se refere à escritura pertenceram a Manuel Soares do Carmo, vendida posteriormente ao Capitão Manuel Vicente Correia de Sá, passando em seguida aos seus herdeiros”, portanto, não pertencendo ao Padre Joaquim Cirilo de Sá.

Os argumentos das testemunhas João André do Nascimento, Galdino Formiga, Raimundo Dantas Rotéa, Manuel Germano dos Santos e João Adelino, em defesa do Padre Joaquim Cirilo de Sá, foram os seguintes: sabem que o padre é possuidor e proprietário de duas partes de terras com uma capoeira ao lado do cemitério antigo da cidade, que as terras se limitam ao sul com o patrimônio de Nossa Senhora do Rosário, ao norte com as terras da Prefeitura, ao poente com a estrada de ferro e ao nascente com as terras dos zumbas, que nessa área de terras o pastor encontra-se construindo um templo para o exercício do culto protestante. Algumas testemunhas também afirmaram que já cultivaram a capoeira com a autorização do Padre, e que nunca ouviram falar em outro dono das terras, assim, o terreno só poderia pertencer ao Padre, não existindo outro dono.

Esses argumentos utilizados não foram suficientes para provar que o terreno pertencia ao Padre Sá. Em alguns desses depoimentos, como o de Raimundo Dantas Rotéa, é afirmado que as terras de cultivo pertencem ao Padre, mas o terreno em que a igreja está sendo construída, fica distante das terras alegadas como sendo dele:

Conhece o local onde os réus estão levantando a casa, sendo fóra dos terrenos da capoeira do autor, e distando mais ou menos apenas três braças do lugar mais próximo da capoeira, digo, da próximo da dita capoeira. (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p, 41 1941)

Manuel Germano dos Santos, a quarta testemunha do autor depôs que:

Existem uns pilares separando a terra do Patrimônio da Igreja do terreno do autor os quais foram financiados já este ano; que conhece o local da casa que está sendo edificada pelos réus; que do local já é referido para o Patrimônio da Igreja distam mais ou menos quinze braças e do mesmo local para chegar ao lugar mais próximo da capoeira do autor distam apenas três braças; que o autor ao ver da testemunha tem a posse do terreno em questão porque é possuidor e proprietário do terreno da capoeira.(ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, 42, 1941)

As testemunhas dos réus, Manuel Augusto de Melo, Antônio Gomes Barbosa e Alfredo Jose de Brito depuseram que nunca viram nem um sinal de posse nas terras em questão e não conheceram o padre como dono desses terrenos e sim somente da capoeira, sendo que, o terreno da construção não fazia parte do terreno do padre.

Foi feita uma vistoria para esclarecer a localização certa das terras em questão. De acordo com os limites dados pelo argumento da defesa do Padre Sá e baseando-se no depoimento das testemunhas, constaram que:

Pela vistoria feita se apura que o local questionado não tem confronções ou limites certos; convido observar que a pericia constatou ser o terreno questionado limitado ao sul com terras de Nossa Senhora do Rosario, Padroeira da Freguesia, e ao norte com terra da Prefeitura Municipal desta cidade; conforme resposta do Perito ao segundo quesito do autor. Donde se ver que o terreno que constitui o objeto da presente ação é situado pelo lado externo das terras de uma capoeira do autor já referida. (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 1941)

Considerando as testemunhas de ambas as partes, e os argumentos utilizados pelos advogados de defesa e acusação, se chegou à conclusão de que o terreno não pertencia ao autor, Padre Joaquim Cirilo de Sá, pertencendo a ele somente a capoeira, terra que serviu de cultivo para alguns moradores da cidade.

A documentação expõe o resultado final da sentença aplicada:

Considerando os motivos já expostos e o mais que dos autos consta a os princípios de direito aplicáveis a caso vertente, julgo improcedente a presente ação para absolver os réus do pedido do autor constante da inicial de folhas dos (2). Pagas as custas pelo autor na forma da lei. Publicada, intime-se e registra-se. Valem as entre linhas e emendas.

Antenor Navarro, vinte e nove (29) de Março de mil novecentos e quarenta e um (1941). (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 56, 1941)

O Padre Joaquim Cirilo de Sá não se conformou com a decisão tomada pelo Juiz da Comarca de Antenor Navarro, o autor do processo julgou a ação improcedente e decidiu então recorrer a sentença dessa vez ao “Egrégio Tribunal de Apelação do Estado” pedindo um direito de reforma do processo, pois ainda não tinha sido provado quem era o dono das terras em questão.

Verificando do exposto, que a prova feita pelo autor é fartíssima e que as respostas aos quesitos formulados na vistoria a confirma e da força, sendo do notar, além disto, que as próprias testemunhas dos Réus, deram razão ao pedido de mesmo autor, reconhecendo-o senhor e possuidor das duas partes em questão, afirmando a origem da terra, ou seja, das duas partes de terra e o mais. (ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros, p. 64, 1941)

Sendo assim, o padre utiliza das testemunhas quando afirma que ele é senhor e possuidor de duas partes de terras com uma capoeira ligada ao cemitério antigo da cidade. O advogado do autor utiliza outro argumento para provar que é dono das terras “o remédio jurídico usado pelo autor, tem o seu fundamento no artigo 573 do Código Civil, que diz: “o proprietário pode embargar a construção do prédio que invade a área do seu...”.

O documento apresentado em juízo pelo Padre Sá, foi comprovado sem nenhum valor jurídico, isso é contrário ao o que afirma o advogado do autor, pois esse defende que o Padre possui o terreno de acordo com o que diz o código do processo civil: “a aquisição do domínio pela posse prolongada” (BEVILAQUA, 1916 p.82). Ou seja, o advogado quis dizer que por cultivar por muitos anos uma capoeira naquela região os terrenos em questão pertencem ao autor, pois ninguém questionou posse desses terrenos desde o ano de 1905 tendo, portanto posse nos terrenos a mais de trinta e cinco anos.

Feita a apelação para o “Egrégio Tribunal de Apelação do Estado” novamente o setor jurídico negou o pedido feito pelo advogado Deoclecio Cipriano Maniçoba em defesa do Padre Joaquim Cirilo de Sá, pois o mesmo não foi capaz de provar domínios das terras.

“Achou o autor apelar para esse Colendo Tribunal da respeitável sentença do nobre e inteligente Dr. Juiz de direito ,da Comarca, que julgou improcedente a ação de nunciação de obra nova, movida contra Vicente Guedes Duarte e sua Mulher. E não podia ser cedida de outra maneira a espécie em litígio o documento, apresentado pelo autor, como título de domínio, é uma escritura particular assinada a rogo, é por conseguinte, sem o mínimo valor jurídico, pois, “escrituras particulares, sem assinaturas das partes contratantes, só em nome de uma delas assinada a rogo. SÃO INHABEIS PARA TRANFERIR DOMINIO” (SANTA CATARINA, Ac. Do Trib. De Ap. de Sta Catarina, in Brasil- Acordão, vol. V, p, 68)

O padre Sá, não conformado coma decisão tomada pelo Juiz, não descansa e começa a construção da capela de São Francisco de Assis a poucos metros de distância do Templo Protestante. De acordo com documentação encontrada no livro de tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário, a capela foi construída no ano de 1940, no mesmo momento que estava sendo construída a igreja do pastor Vicente Guedes.

Demolido o antigo cimenteiro publico desta cidade venceu a ideia piedosa da construção de uma capela neste lugar sagrado, a fim de evitar que os animais pastassem por ali. Foi iniciada a construção nos anos de 1940 cujo trabalho forá suspenso por motivos alheios a nossa vontade. Dois anos depois recomeçamos a construção da referida capela terminando em 1944. ((LIVRO DE TOMBO da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, s/n, s/d))

Em seu livro o pastor Vicente Guedes afirma que teve uma revelação quando estava construindo o seu templo no espaço escolhido:

Que a nossa terminava na altura do pé direito e a de São Francisco ia somente á altura da sapata. Pois quando eles colocaram o ultimo tijolo na sapata o padre morria, e assim aconteceu: um dia, as dez horas da manhã, quando o pedreiro bateu a colher, anunciando que tinha terminado, o padre caiu e quando tentaram socorre-lo, ele já estava morto. (DUARTE, 1987, pp 48-49).

Em 1941, com a morte do Padre Sá a obra é abandonada e só dois anos mais tarde é reiniciada contando com doações e esmolas dos fiéis para que o templo fosse concluído em 1944.

Somente depois de anos da morte do Padre, um de seus herdeiros vendeu um lote em outro local. Nesse terreno foi construído um novo templo que permanece até hoje, a Igreja Matriz Assembleia de Deus.

Observamos que durante esse período, as construções da Igreja Protestante e a Capela de São Francisco, ficam três anos parados, pois era necessária uma decisão para

que os templos religiosos não ficassem próximos um do outro. A decisão foi a construção da Igreja Protestante em outro espaço da cidade.

A sede da Igreja Assembleia de Deus na Paraíba tem sede em João Pessoa a capital do Estado. E após obter força começa a espalhar a sua missão pelo sertão da Paraíba. O atual templo da Assembleia de Deus na cidade de São João do Rio do Peixe foi construído em 1946 hoje conta com um grande número de fies e congregações espalhadas pelas comunidades rurais de São João do Rio do Peixe.

O fato ocorrido na cidade de Antenor Navarro, hoje São João do Rio do Peixe, mostra como em meio a um clima modernizador, uma população considerada majoritariamente católica, recebeu o protestantismo na cidade. O processo ocorrido na cidade entre os dois líderes religiosos mostra a intolerância religiosa por parte do padre, pois de certa forma a argumentação utilizada por ele que se dizia dono do terreno foi considerada como uma forma de conter o crescimento dessa religião na cidade, já que no momento não existia nem uma igreja oposta à católica. Nesse momento o que se tinha era vestígios de que na cidade havia pessoas que professava outras religiões, mas nunca tiveram seu espaço, por serem proibido de professar seu credo, por parte do clero local ou mesmo de cidadãos católicos que eram hostis a religião reformada.

Considerações Finais

O catolicismo foi a religião oficial do país até o final da Monarquia. Todavia, as religiões de matrizes africanas, religiões indígenas e as diversas práticas veladas de cristãos-novos já compunham o campo religioso da sociedade colonial. No século XIX, transformações históricas propiciaram a presença de protestantes e espíritas, diversificando o cenário religioso, permitindo a construção de novas instituições ou ressignificações por parte dos fiéis, bem como a formação de uma religiosidade popular diversificada. A laicidade do Estado e a liberdade religiosa, advinda com o Estado republicano colocaram em igualdade de condições as religiões existentes no país. Entretanto, existiram disputas entre confissões cristãs e outras religiões, além de medidas judiciais restritivas de algumas práticas religiosas e outras tensões continuaram a provocar conflitos no cenário religioso.

Como foi visto nesse estudo a vila São João desenvolveu-se a partir de uma religião, religião essa que por muito tempo no Brasil foi considerada a oficial protegida por lei, isso graças ao padroado que detinha o poder sobre as decisões tomadas pela Igreja sempre buscando colocar o catolicismo como a única religião a ser seguida pelo povo. Isso tratava de um jogo de interesses por parte da elite brasileira que se formava com a colonização. O protestantismo chega em meio a esse clima religioso muito forte, visto que o catolicismo era defendido por lei e atendia os interesses do Estado. Por isso:

Durante o Império o governo insistiu em não abrir mão do controle da Igreja, pois além de ser ela um recurso administrativo barato (os párocos recebiam na década de 1870 um salário equivalente ao do proletariado urbano), possuía grande poder sobre a população, de que o governo diretamente se influenciava” (CARVALHO, 2011, p. 187).

Essa forte influência dos padres junto a população dificultava bastante a aceitação de outra religião. Por isso os evangélicos sofreram tantas dificuldades para conseguir propagar sua fé.

A reforma protestante surgiu com uma nova maneira de se pensar a religião. Dessa maneira a Igreja passa por uma serie de reformas em sua ideologia, a reforma protestante surge a partir do século XVI proposta por Lutero. A sociedade passava por um período de reformas, o Renascimento trouxe para a humanidade um significado diferente de mundo e a partir disso o homem busca o conhecimento de si mesmo.

Quando chega ao Brasil o protestantismo traz mudanças ele passa a se inserir no Brasil em um período conturbado, em que o país precisa de uma nova política para os problemas econômicos que surgia, pois era necessário uma política de migração que favorecesse as fazendas de café que estavam perdendo sua mão de obra por causa da abolição da escravidão. A partir desse momento os protestantes vão trabalhar para a inserção de seu discurso religioso, utilizando as camadas mais pobres da população brasileira para propagar sua fé. Mas em um país católico, sendo inclusive essa religião reconhecida como oficial do Estado, a inserção do protestantismo no Brasil tinha de enfrentar o preconceito e a hostilidade por parte da população e do clero.

Aos poucos a religião ganhou força e conseguiu seu espaço. Os evangélicos enfrentavam o preconceito advindo de parte da população mais tradicional e ligada a Igreja Católica por laços históricos. Isso acontecia não só com o protestantismo, outras religiões também eram rechaçadas.

Na cidade de São João do Rio do Peixe, o catolicismo era muito forte, pois a própria cidade se desenvolveu em torno de uma Igreja Católica que tem em seu nome um santo da devoção do fundador. Essa cultura tem raízes na cultura ibérica e foi trazida pelos primeiros colonizadores. A tradição católica em nossas terras não aceitou facilmente a instalação de outras doutrinas, por isso muitos foram os embates ocorridos com a implantação dos cultos evangélicos na cidade de São João do Rio do Peixe, fato que ocorreu entre as décadas de 30 e 40 do século XX.

Com as dificuldades existentes nessa pesquisa chegamos à conclusão de que esse tema é ainda pouco estudado pelos historiadores, as poucas discussões em torno dessa temática não foram feitas com aprofundamento histórico em torno das questões que envolvem a inserção do protestantismo no Brasil.

Mas, apesar das dificuldades, a pesquisa feita na cidade de São João do Rio do Peixe mostra um fato desconhecido na cidade, pois apenas em relatos orais por partes de membros da Assembleia de Deus se tinha conhecimento desse assunto. Até então parte da população da cidade não sabia nada sobre as disputas entre o Pastor Vicente Guedes Duarte, o primeiro pastor da Igreja Assembleia de Deus, e o padre Joaquim Cirilo de Sá, tão conhecido e querido pela população e ainda hoje lembrado por ela, sendo uma personagem histórico que faz parte da memória da cidade. Concluímos também que a luta religiosa saía da esfera mítica e partia para uma luta de poder político e judiciário e que contava com parte da população na defesa dos interesses católicos e que essa

disputa atendia a questões de poder e cultura, pois cada um queria expandir sua religião sem perder fiéis e ao mesmo tempo manter os ensinamentos de sua religião.

Anexos:

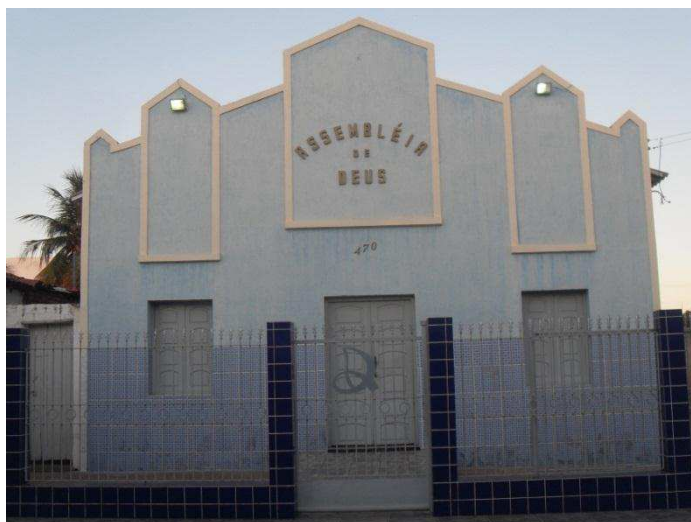


Foto 13: Atual templo da Assembleia de Deus de São João do Rio do Peixe. Foto Acervo Pessoal



Foto 14: Capela de São Francisco de Assis. Foto Acervo Pessoal

Localização dos Terrenos questionados



Foto15 : Localização do terreno onde atualmente encontram-se outras casas construídas. 2014.

Fonte: Google Maps



Foto 16. Localização da Capelinha de São Francisco atualmente. 2014. Fonte: Google Maps

FONTES:

ANTENOR NAVARRO, Comarca de Antenor Navarro, Juiz: Francisco Vaz Carneiros,
Livro de Tombo da Igreja Matriz Nossa Senhora do Rosário,

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Horácio de. **Historia da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1978.

AZEVEDO, Thales de, **Igreja e Estado em Tensão e Crise**. A Conquista Espiritual na Bahia. São Paulo, Editora Ática, 1978.

ABREU, Marta; VIANA, Larissa. Festas religiosas, cultura e política na história do Brasil. In. GRIMBERG, Keila; SALLES, Ricardo. **O Brasil Imperial, vol III (1780 - 1889)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BARATA, A, M. **A Maçonaria e a ilustração Brasileira**. Artigo elaborado a partir da dissertação de mestrado “Luzes e sombras: a ação dos pedreiros livres brasileiros (1870-1910). Programa de Pós- Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 1994.

BOISSET, Jean. **História do Protestantismo**. Coleção Saber atual. São Paulo, 1971.

CALVACANTI, H, B. **O Protestantismo Missionário Protestante no Brasil do século 19**: Comparando a Experiência Presbiteriana e Batista. Revista de Estudos da Religião, n,4. P.61,63, 2001

CÂMARA, Epaminondas. **Evolução do Catolicismo na Paraíba**. Campina Grande: Edições Caravela, 2000.

CARTAXO, Rosilda. **Estrada das Boiadas**: roteiro para São João do Rio do Peixe. João Pessoa: Noprival, 1975.

CARVALHO, José Murilo. **A construção da ordem**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CÉSAR, Elbem M. Lenz, **História do Brasil**: dos Jesuítas aos neopentecostais. Viçosa MG. Editora: Ultimato, 2000.

DUARTE, Vicente Guedes. **A Historia da Minha Vida**. São Paulo: Iris gráfica, 1987.

FONTELES, M,G,S,R. **Inserção do Protestantismo no Brasil:** Um olhar Contemporâneo. Ciências da Religião- História e Sociedade. N,1 V, 7 p, 174,188, 2009.

GALVÃO, Rogério Cândido Ramalho. **São João do Rio do Peixe Datas e Notas.** São João do Rio do Peixe: Gráfica e Editora Halley. S.A, 2011.

GONÇALVES, Regina Célia. **Guerras e Açucares:** Política e Economia na Capitania da Paraíba- 1585-1630. Bauru: Edusc, 2007.

KUHNEN, Alceu. O Regime do Padroado na Igreja Católica e em Portugal até o século 16. **As Origens da Igreja no Brasil:** de 1500 a 1552. Bauro, SP: Edusc, 2005. pp. 29-44.

LÉONARD, Êmile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro estudo de eclesiologia e de história social.** Trad. De Linneu de Camargo Schutzer. 2º edição. Rio do Janeiro e São Paulo, 1981.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Historia da Paraíba:** Lutas e Resistência. João Pessoa-PB: Editora Universitária, 1995.

MENDONÇA, Antônio Gouveia. O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil. 3 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Protestantismo no Brasil. Um caso de religião e cultura. Revista USP, São Paulo, n 74. P. 160,173, junho/ agosto, 2007.

_____. O protestantismo no Brasil e suas encruzilhadas. Revista USP, n, 67, p.48,67, setembro/novembro, 2005.

MOTT, L. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In: SOUSA, L. M.(Org.). **História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa.** São Paulo: Ed. SCHAWARCZ LTDA, 2007. p. 155-220.

MOURA, Abalaziz. **Frei Damião:** E os Impasses da Religião Popular. Petrópolis: Editora Vozes Ltda., 1978.

OTTO, Maduro. O problema de uma sociologia latino americana das religiões. **Religião e Luta de Classes.** Editora : Vozes Ltda. Petrópolis , 1983

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

RABELO, Alexandro Cabral. **Raízes do Protestantismo no Brasil:** da invasão a legalização. Goiânia: Kelps, 2009.

- SANTOS, João Marcos Leitão. **O Protestantismo Brasileiro e a Revolução de 30**. In: A Revolução que Mudou a História do Brasil. Editora da Universidade Estadual da Paraíba. Campina Grande, 2007.
- SILVA, E, M. **Missionárias Protestantes Americanas (1870-1920):** Gênero, Cultura, História. Revista Brasileira de História das Religiões. Ano III n, 9, p. 21, 40, Janeiro., 2011.
- SILVA, Eliana Moura. Gênero, religião, missionarismo e identidade protestante norte americana no Brasil ao final do século XIX e inícios do XX. p, 25-37.
- SILVA, Josenildo José da. **A Propagação do Cristianismo Protestante no Sertão Paraibano entre 1890 e 1930**. 2012. 57 f. (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2012
- SOUSA, Edilson Tomaz. **São João do Rio do Peixe, Nossa Terra, Nossa Historia**. São João do Rio do Peixe: Gráfica e Fotolito Ideal, 2007.
- SOUSA, Robson da Costa. Discursos e Práticas Fundamentais na Igreja Presbiteriana do Brasil. **Revista Brasileira Nacional do GT História das Religiões**, Maringá, v. 1, n. 3, p. 1,23, 2009. Trabalho apresentado no Encontro Nacional de História, GT História das Religiões e das Religiosidades, Maringá (PR), 2009.
- SOUSA, Rivaldo Amador. **Vertigens do Progresso: o trem e Outros Signos do Moderno em São João do Rio do Peixe (1918-1964)**. 2005. 129 f. Monografia (Especialização em Teoria e Metodologia da História) - Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2005
- SOARES, Elysdêangela. **Raízes Religiosas: a Inserção do cristianismo protestante na cidade de uiraúna - PB, “Terra dos Músicos e Sacerdotes”** 2014. 65 f. (Trabalho de conclusão de curso) – Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras, 2014.
- TORRES, João Oliveira de Camilo. **Historias das Ideias Religiosas no Brasil**. Editorial Grijalbo Ltda. São Paulo, 1968.
- VIEIRA, David Gueiros. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2º edição, 1929.
- WATANABE, T, H.B. **Caminhos e Historiografia do Protestantismo na Igreja Presbiteriana do Brasil**. Revista Estudos da Religião, n, 1.p.15,30, 2005